

Imobiliária cria loteamento ilegal

Autuada diversas vezes pela Prefeitura Municipal de Vila Velha por promover obras de urbanização na área de preservação permanente, do Sítio Correia, a Imobiliária Capital Ltda, continua a desrespeitar os embargos da Prefeitura e a destruir o local. No último sábado, o Departamento de Urbanismo da PMVV voltou a embargar as obras e ontem pela manhã, o trator da imobiliária continuava a trabalhar no Sítio, apesar de um outroauto de infração ter sido expedido.

Para impedir que a imobiliária continue a destruir o local, técnicos da Prefeitura, do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Associação Vilavelhense em defesa de Plantas e Animais (Avidepa) se reuniram para traçar um plano de ações.

PRESERVAÇÃO

O Sítio Correia, mais conhecido como Morro do Cruzeiro, se localiza entre os bairros do Ibes, Jardim Colorado, Santa Inês e Jardim Guadalajara, — é uma das poucas áreas verdes de Vila Velha — e foi declarado “floresta de preservação permanente”, pela lei municipal nº 1980/81. A área pertencia a família Vereza e foi comprada pela Imobiliária Capital, que há dois meses vem promovendo obras de urbanização no local, onde pretende construir o Condomínio Ecológico de Guadalajara. O proprietário da imobiliária, Francisco Carlos Camponez, procurado para prestar esclarecimentos,, mas não foi encontrado.

Segundo o Secretário Municipal de Saúde e Meio Ambiente, Jorge Manta, as multas aplicadas pela PMVV à Imobiliária Capital já alcançaram as cifras de Cz\$ 90 mil. “Como ela não respeita os em-

A. Moreira



A prefeitura e o IBDF tentaram interditar o Morro do Cruzeiro sem sucesso

bargos, a Secretaria vai fazer um levantamento da destruição promovida pela imobiliária, que terá que pagar todas as multas previstas na lei de parcelamento do solo (6766)”. O estudo da destruição do Sítio Correia foi iniciado ontem por um biólogo da PMVV e de acordo com o Secretário de Saúde e Meio Ambiente até sexta-feira deverá estar concluído.

ILEGAL

“As obras de desmatamento e terraplanagem que a imobiliária Capital vem realizando no Sítio são totalmente ilegais”, disse Winker Denner Mesquita, técnico da Assessoria de Planejamento da Prefeitura. Conforme explicou, além da

imobiliária estar trabalhando com tratores numa área de preservação permanente, “ela não tem projeto de loteamento aprovado pela PMVV e vem veiculando anúncios e vendendo lotes à população”.

Segundo Winker Denner, além da Prefeitura, que através de sua procuradoria geral irá mover ação judicial contra a Imobiliária Capital, também o Instituto Jones dos Santos Neves pretende acionar a Justiça. Uma outra providência da reunião, de acordo com Denner, foi a solicitação de delimitação da área a ser preservada. A lei municipal que declarou o Sítio Correia como floresta de preservação permanente não dimensiona a área.